

"Santa Catarina: Estado de Trabalho"

Armando de Melo Lisboa

Prof. no Dep. de Ciências Econômicas da UFSC

Constatamos que nestes tempos neo-liberais a questão social está à deriva, deixando inclusive de ser uma questão, um problema que deveria preocupar a sociedade. Recentemente o deputado e economista Roberto CAMPOS afirmou ser a idéia de Justiça algo absurdo, que melhor seria nunca ter existido! Nenhuma novidade: dois séculos atrás, MALTHUS já afirmava coisas semelhantes. Só falta surgir um economista louco que proponha implementar a sátira de Jonathan SWIFF¹ (publicada em 1729) que sugere "comer as crianças pobres, transformando-as em carne vendida nos açougues", para resolver o problema da fome e evitar que as crianças sejam um peso para seus pais e seu país.

Também nesta época pós-moderna afirma-se aos ventos que os Estados nacionais estão "sem recursos", perdendo sua capacidade condutora do processo de desenvolvimento. Sem dúvida, a dinâmica econômica vincula-se cada vez mais aos investimentos das grandes empresas. Internamente os governadores dos Estados (e os governos municipais) que compõem o Brasil entram numa competição feroz por estes investimentos, ameaçando ainda mais nossa já precária vida federativa. Entretanto, os fundos públicos mantêm ainda um significativo papel, especialmente na socialização dos custos da infra-estrutura econômica, sendo amplamente cobçados.

Sem ser exaustivo, eis alguns dos grandes projetos em construção ou previstos para Santa Catarina:

- O controvertido PLADE (Plano Global e Integrado de Defesa contra Enchentes na Bacia do Rio Itajai-Açu)², que prevê investimentos globais em torno de US\$ 500 milhões em obras a serem realizadas por um pool de empresas, está na perspectiva de receber um financiamento por parte do governo japonês (que inclusive elaborou o plano através da sua agência JICA) de US\$ 300 milhões (os outros US\$ 200 milhões são a contrapartida do governo estadual), o que significa multiplicar duas vezes a atual dívida pública externa de Santa Catarina³;
- A Mercedes planeja investir em Joinville US\$ 400 milhões em uma fábrica de automóveis, num empreendimento que promete gerar 1800 empregos diretos. Entre os 26 pontos discutidos, com ênfase para a questão fiscal, a prefeitura (que ofereceu isenção total dos impostos municipais) somente não atendeu à solicitação da Mercedes de oferecer 100 residências no período de dois anos para os funcionários que virão⁴. Uma das exigências

da Mercedes é a construção de um ramal ferroviário de 20 km entre o distrito industrial de Joinville e o bairro Nova Brasília, local indicado para sediar a fábrica (onde querem lhe doar 2,5 milhões de m²). O governo estadual prontamente elaborou um projeto desta ferrovia (com um custo de R\$ 20 milhões) a ser construída em parceria Governo/Prefeitura/iniciativa privada. Ao final de uma reunião em São Paulo com a direção do grupo alemão, onde o projeto foi entregue, o governador PAULO AFONSO afirmou: "A Mercedes-Benz será um grande negócio para o País". Já o prefeito W. FREITAG disse que "a vinda da Mercedes-Benz será um reencontro com a história"⁵;

- Uma novela é a construção da fábrica da Renault com investimentos globais de um bilhão de dólares (mas com o Estado de Santa Catarina garantindo US\$ 150 milhões em subsídios e isenções fiscais), e promessa de geração de 2500 empregos diretos. Na "guerra" pela Renault, o governo estadual (que em setembro fez uma viagem de 10 dias à França⁶) prometeu integralizar US\$ 100 milhões em ações da empresa francesa;
- A GM e a Peugeot (que inaugura em dezembro uma concessionária em São José dos Campos) namoram a possibilidade de instalar fábricas de automóveis em SC, já estabelecendo negociações com as autoridades estaduais;
- O CODESUL prevê investimentos em infra-estrutura nos estados de SC, PR e RS no valor global de US\$ 3,5 bilhões para os próximos 4 anos⁷;
- A duplicação da BR 101 para todo o trecho SC está orçada em cerca de US\$ 800 milhões;
- Projeta-se para o Sul do estado a rodovia Interpraiais com um custo inicial de R\$ 65 milhões;

"Alguns grandes projetos em construção previstos para Santa Catarina"

- Inicia-se a Via Expressa Sul (em Florianópolis), com gastos aproximados de R\$ 29 milhões (já está contratado pelo governo estadual o consórcio CBPO/CNO);
- A duplicação e privatização da SC 401 (trecho de 19,6 km da rodovia que leva às praias do norte da Ilha de Santa Catarina), com gastos de US\$ 30 milhões (financiados pelo BRDE, BESC, BADESC, BNDES) nas obras, mais cerca de US\$ 8 milhões em desapropriações bancadas pelos cofres públicos estaduais;
- O Centro de Convenções de Florianópolis, a ser construído em área cedida pela Prefeitura Municipal no aterro da Baía Sul em regime de concessão de obra pública (a empresa escolhida terá direito de explorá-lo por 25 anos), já conta com US\$ 2,5 milhões à disposição no BADESC. Mais: *"seja qual for o valor, o vencedor da licitação poderá contar com a ajuda do BNDES, que está financiando 80% do total dos investimentos da iniciativa privada"*⁸;
- Com investimentos de R\$ 3 milhões instalou-se em Florianópolis em agosto do corrente ano "a maior incubadora empresarial tecnológica da América Latina", o CELTA (Centro Empresarial para Laboração de Tecnologias Avançadas), resultado de uma parceria entre o governo estadual, a Universidade Federal, a Prefeitura Municipal e a FIESC. O Diretor da CODESC reconhece que o projeto é "grandioso" para pequenas empresas⁹;
- Re-iniciam-se os estudos para a construção da quarta ponte que ligaria a ISC ao continente no ano 2005 (uma das alternativas a localiza na Ponta dos Naufragados, sul da Ilha). Prevê-se que o custo mínimo seria de R\$ 60 milhões;
- A Petrobrás quer investir em SC US\$ 300 milhões em um projeto de produção e distribuição de gás natural proveniente da plataforma Caravella no litoral entre SC e PR. Com previsão de funcionamento para setembro de 1997 e uma extensão total de 505 km, o gasoduto será construído prevendo *"uma futura interligação com a rede Brasil-Bolívia, e vai atender exclusivamente às empresas"*¹⁰. A empresa privada SC-Gás deverá ser a responsável pela distribuição do gás, uma vez garantido o gasoduto pela Petrobrás;
- Para a conclusão da termelétrica Jorge Lacerda IV (que tem um custo total de US\$ 700 milhões) estão sendo investidos US\$ 48 milhões;
- Estão sendo retomadas as obras da Usina Hidrelétrica de Itá (onde a Eletrosul já investiu R\$ 240 milhões e aplicará mais R\$ 95 milhões), agora em parceria com o setor privado, ao qual caberá um investimento na ordem de R\$ 658 milhões;
- Na modernização do trecho ferroviário que liga o porto de São Francisco do Sul a Marcelino Ramos (obra que se

está denominando "ferrovia da integração") serão investidos, numa primeira fase, US\$ 41 milhões;

- Uma nova fábrica de cerveja Antártica em Joinville (com subsídios públicos de mais de R\$ 13 milhões), com promessa de gerar 700 empregos diretos;
- Os portos de SC investiram R\$ 6 milhões em obras de modernização no ano de 1995, aplicando recursos próprios, estaduais e da União;
- Apenas na primeira etapa das obras, os investimentos do governo na implantação da Zona de Processamento de Exportação (ZPE) de Imbituba superaram os R\$ 2,6 milhões.

Sem dúvida são "grandes negócios". Para se ter uma idéia da magnitude de alguns dos empreendimentos citados, basta recordar que a arrecadação mensal do ICMS de SC está em torno de R\$ 140 milhões, que o total das exportações catarinenses em 1994 foi de US\$ 2,4 bilhões, e que a receita turística em 1994 foi de US\$ 566 milhões. Também para efeito de comparações, a ONU calculou que são necessários US\$ 5 bilhões para recuperar a Bósnia da guerra que a destruiu.

Oficialmente não estamos em guerra, mas em novembro passado (quando as lideranças nacionais do Movimento dos Sem Terra foram presas) o governo federal acertou com a bancada ruralista a dívida vencida dos fazendeiros (inclusive os catarinenses), assumindo um total de **R\$ 7 bilhões**. Recentemente uma comissão do Senado reconheceu que mais de 2300 obras federais estão abandonadas (muitas em SC), gerando uma sucata no valor de **R\$ 15 bilhões**. A ajuda do Banco Central no caso do Banco Nacional (adquirido pelo Unibanco, do sr. Bornhausen) ainda é incerta, mas deve superar os **US\$ 4 bilhões**. As obras já iniciadas da sede própria da Delegacia Regional do Paraná e Santa Catarina do Banco Central (em Curitiba, num total de 9 mil metros quadrados), tem um custo de R\$ 9 milhões.

Não faltam denúncias de superfaturamento nas grandes obras públicas (lembrem do escândalo do orçamento federal ainda no governo COLLOR?). Por aqui o escândalo de maior repercussão até o momento foi o da Ponte Pedro Ivo (o Procurador W. SILVA, do Ministério Público, encontrou indícios de negociações *"criminosas e que levaram a uma sangria nos cofres públicos de cerca de US\$ 19 milhões"*¹¹. Mas, infelizmente não é o único. O Sistema de Esgoto Insular de Florianópolis está superfaturado *"em quase 122% e com aspectos técnicos questionáveis"*¹². Um consórcio formado pelas empresas Andrade Gutierrez, Cosate e Sanesc foi contratado a um custo de US\$ 54 milhões. *"Pelos preços da Casan esse valor daria para construir dois sistemas iguais e mais uma parte de um terceiro"*, denuncia o engenheiro Mário MEYER, gerente de construção da Casan (ibid.).

"Não faltam denúncias de superfaturamento nas grandes obras públicas"

Após denúncia do senador Eduardo SUPPLY (PT/SP) da existência de supervalorização de 130% nos preços da licitação com relação à duplicação do trecho Biguaçu-Palhoça da BR 101 (US\$ 130 milhões), vencida pela empresa OAS (Bahia) em consórcio com Sul Catarinense, o orçamento para todos os trechos (são sete em SC, num total de 87 km) foi revisto, passando de 315 milhões para 194 milhões, o que atrasou consideravelmente o início das obras.

A duplicação da SC-401 poderia ser executada por um custo total de US\$ 10 milhões, afirma o Presidente do Sindicato de Hotéis, Restaurantes e Similares de Florianópolis, Tarcísio SCHMIDT¹³. O senador AMIN denuncia que entre as empresas beneficiadas por negócios com o governo estadual estão duas das que mais contribuíram com recursos para a campanha que elegeu Paulo Afonso governador¹⁴. O promotor R. BRÜNING abriu inquérito para investigar a irregularidade de a CELESC não cobrar a conta de luz das grandes empresas (a empresa é acusada de deixar a inadimplência crescer para US\$ 61 milhões).

A inadimplência dos empresários catarinenses junto ao BADESC ultrapassa os R\$ 100 milhões, calcula o secretário estadual da Fazenda Neuto DE CONTO; o débito do setor hoteleiro (especialmente o da capital) com o BRDE chega a R\$ 6 milhões. Em SC, 1824 empresas estão inadimplentes junto à CEF por falta de pagamento do FGTS, numa dívida de R\$ 38,7 milhões (a fazenda nacional não cobrava as devedoras desde 1989) - no Brasil a dívida total soma **R\$ 1,3 bilhão** (o que significa menos recursos para habitação, saneamento, infra-estrutura urbana). Somente as lojas de materiais de construção e as fábricas de cristal de Blumenau devem à fazenda estadual em ICMS R\$ 10 milhões, o que revela um alto índice de sonegação. Estes setores, reunidos com o secretário estadual da Fazenda, reivindicam um tratamento especial¹⁵. Apesar de todas as facilidades para o pagamento, a dívida total das empresas com o Estado de Santa Catarina chega a R\$ 600 milhões (mais de quatro meses de arrecadação), o que daria para construir 160 mil casas populares.

Com a recente implantação de um sistema de informações computadorizado que monitora o recolhimento mensal, a superintendência estadual do INSS/SC pretende reduzir em mais de 20% a sonegação das empresas contra a Previdência, elevando de R\$ 105 para R\$ 125 milhões a receita mensal no Estado. Em 21 de novembro do corrente Fernando Henrique CARDOSO sancionou o projeto de lei que permite o parcelamento das dívidas de 80 mil empresas de todo o país com o INSS em até 96 meses, concedendo redução de 50% nas multas. É evidente que a convivência e a

"benevolência" das autoridades públicas contribui para tal comportamento abusivo por parte do mercado.

Esta alocação do dinheiro público demonstra que o Estado continua sendo uma das principais fontes da acumulação de riqueza em poucas mãos, sendo cada vez mais uma espécie de corretor de

negócios dos grandes grupos econômicos: a burocracia estatal não mede esforços para ser uma eficiente caixeira viajante dos poderosos interesses privados. Nossas elites têm-se mostrado fiéis às suas tradições patrimonialistas de, como "donas do poder" (R. FAORO), se apossarem das coisas públicas.

É nítida a concentração dos recursos "públicos" na região de Florianópolis, em grandes obras de infra-estrutura econômica e em benefício direto dos poderosos (que já têm imensos recursos acumulados). Façamos um rápido exercício. O Conselho Estadual de Trabalho e Emprego de Santa Catarina, administrando o Programa de Geração de Emprego e Renda (com base em recursos do FAT, Fundo de Amparo ao Trabalhador)¹⁶, tem concedido empréstimos para microempresas desde que atendam ao critério de que para cada R\$ 6 mil se crie pelo menos um emprego. Nesta perspectiva, os US\$ 150 milhões de verbas públicas comprometidas com a Renault gerariam pelo menos 24.500 empregos diretos (aproximadamente 10 vezes mais que os "prometidos" pela Renault). Na prática, a diferença é mais brutal: considerando os investimentos totais de US\$ 1,15 bilhão, cada emprego gerado pela Renault tem um custo de US\$ 460 mil. Já através daquele Conselho Estadual de Emprego alocaram-se até julho de 1995 US\$ 5,67 milhões em 225 projetos, gerando 1689 empregos, perfazendo um custo médio de US\$ 3,4 mil por emprego. A diferença chega a 137 vezes! As elites estaduais não interessa pulverizar os recursos públicos, fomentando uma efetiva "iniciativa privada" por parte dos pequenos empreendedores. Será que só os ricos têm direito à terem "iniciativas" amparadas com os recursos que pertencem a todos? Serão os mais aquinhoados inimigos do povo?

Em Santa Catarina o discurso oficial sobre a sociedade catarinense quer comparar-nos com o Japão obcecado pelo trabalho¹⁷: seríamos um próspero arquipélago¹⁸ de culturas e vocações econômicas regionalizadas, assim como o país nipônico seria um arquipélago físico.

Ora, cada vez há menos postos de trabalho em SC (e no Brasil). A grande indústria pode ser geradora de riqueza (a que preço?), mas não cria mais empregos. Em consequência de um processo de modernização, a CECRISA, que faturou US\$ 200 milhões em 1994, fechou em 1995 duas das suas oito fábricas, demitindo 800 trabalhadores. A Hering, que tinha mais de 13 mil funcionários em 1990 (quando faturou US\$ 180 milhões), teve seu faturamento ampliado em 1994 para US\$ 300 milhões mas com apenas 7500 empregados. A indústria têxtil na região de Blumenau fechou 2855 postos de trabalho nos primeiros nove meses deste ano. As estatísticas de desemprego costumam falsear a realidade. Hoje, comparando com o mesmo período em 1990, temos um total menor de empregados. De acordo com o SINE/SC, o estoque total de empregos em SC está em torno de 950 mil postos, mas o tamanho da população economicamente ativa é de 2,3 milhões de pessoas. Isto significa que mais de um milhão de pessoas que estão dispostas a trabalhar estão excluídas do mercado de trabalho em nosso Estado. Sabe-se que o crescimento populacional joga a cada ano aproximadamente 60 mil jovens no mercado de trabalho catarinense. Obviamente cresce assustadora e precariamente o sub-emprego (e também o desemprego e a miséria), sem praticamente nenhum apoio dos órgãos estatais.

Todas aquelas práticas (negociatas seria o termo mais correto) estão coerentes com o modelo de desenvolvimento

"O Estado continua sendo uma das principais fontes da acumulação de riqueza em poucas mãos"

vigente, onde o Estado prioriza garantir a infra-estrutura necessária para a grande indústria, em especial a exigida tanto para a produção dos automóveis quanto para a própria circulação dos mesmos. A consequência deste modelo está visível a olho nu: o Censo de 1991 revelou que em SC 33% das famílias assalariadas tinham rendimentos de até 2 salários mínimos; 75,1% de todos os municípios tiveram evasão populacional (pois suas taxas de crescimento estiveram abaixo da média estadual), fenômeno que atinge em especial as pequenas localidades (40% dos municípios catarinenses com menos de 10.000 moradores apresentaram uma diminuição absoluta, ou seja, taxa de crescimento populacional negativa), os municípios rurais e os localizados no planalto. Ou seja, também em SC a dinâmica demográfica registra o êxodo rural, um grande deslocamento das pequenas para as grandes cidades, do oeste (o interior de SC vai registrando um imenso vazio demográfico) em direção ao litoral, com consequente favelização da periferia das maiores cidades. Este desequilíbrio explosivo significa uma sociedade em desmoronamento, fruto de um modelo econômico de desenvolvimento gerido por elites vorazes.

SC tem um dos piores índices brasileiros de população atendida por rede de esgoto (apenas 7%). Apesar disto o presidente da FIESC, sr. Osvaldo Douat, questiona: *"será que precisamos de grandes obras de saneamento? (...) Não se pode, e não se deve, investir em complicados sistemas de tratamento do esgoto. O caminho é desenvolver o saneamento através das fossas sépticas (...)"*¹⁹. É claro que a não realização de investimentos em saneamento básico (apesar de cobijados pelas empresas de engenharia) libera ainda mais os "parcos recursos" para serem investidos na infraestrutura econômica. Provavelmente o sr. Presidente da FIESC abre uma exceção para o Sistema de Coleta e Tratamento de Esgotos Sanitários do Balneário de Canasvieiras (na Ilha de Santa Catarina), o qual foi inaugurado no final de novembro do corrente com um custo de US\$ 9,5 milhões aos cofres públicos. Esta obra reflete muito bem qual é a prioridade política dos dirigentes burocráticos: atendimento do turista argentino, que maciçamente ocupa aquele balneário apenas nos dois meses do verão.

Um dos resultados destas políticas é o esgotamento financeiro do setor público: a dívida total do Estado de Santa Catarina situa-se em torno de R\$ 2,1 bilhões, sendo que R\$ 570 milhões como dívida mobiliária, o que gera um custo mensal de rolagem de R\$ 16 milhões (cerca de 11% da arrecadação mensal), comprometendo seriamente as finanças estaduais. Para o atual secretário da Fazenda, Neuto DE CONTO, esta "é uma conta impagável"²⁰. Mas não estamos sós: parte dos Estados brasileiros também estão em situação pré-falimentar (atualmente a dívida dos Estados está em torno dos R\$ 100 bilhões). A solução para os governadores está em pressionar o governo federal para renegociar esta gigantesca dívida e até para federalizá-la. Para ajustar no

curto prazo o orçamento estadual, prevê-se a redução da folha de pagamentos do funcionalismo (que seria realizada através de uma reforma administrativa, da qual decorreriam demissões),

além do arrocho salarial sobre o mesmo. Em decorrência disto temos a degradação dos serviços públicos (educação, saúde ...), a baixa remuneração dos servidores e, consequentemente, um trabalhador desmotivado, o que somente piora ainda mais a qualidade dos serviços que o Estado deveria prestar à população. A médio prazo apontam, em nome da "modernidade" e da "estabilização econômica", para "reformas políticas" que retirariam da Constituição os já precários direitos sociais considerados onerosos aos Estados.

Esta forma despótica de exercício das políticas públicas é um descaço, uma violência contra a maioria dos humildes catarinenses. No contexto de extremas e crescentes desigualdades, não podemos ceder à falácia do discurso

neo-liberal, não podemos aceitar o discurso do poder, subserviente aos tubarões que o vêm assaltando, nem ficar indiferentes frente a tais práticas, cujos devastadores efeitos sociais já se fazem sentir²¹.

A preocupação com a melhoria das condições de vida da população aparece, quando muito, apenas nos discursos ou em medidas insignificantes. Perdeu-se a dimensão da sociedade: as políticas públicas atrelam os recursos estatais apenas aos setores oligopolizados. O atual processo de reestruturação industrial tem sido perverso para o conjunto dos cidadãos. A reconstrução da economia deveria estar orientada para resolver o gravíssimo problema da exclusão social. O País está devastado: basta observar as condições miseráveis em que se encontra a maior parte da população. Nossa guerra é contra a fome. Sabemos que a miséria não se resolve com ações paternalistas, mas através da mobilização da sociedade que constrói alternativas de geração de renda e emprego. Mas esta ação cidadã carece de ter acesso aos preciosos recursos públicos - que, por definição, seriam do povo, e deveriam, portanto, estar a serviço do imenso desafio desta reconstrução nacional!

O campo da "economia popular" (também denominado de setor de "economia social" ou de "economia solidária"²²) surge como uma possibilidade²³, como um "outro circuito" econômico diferenciado do mercantil e do estatal, não caminhando para o desaparecimento. O que caracteriza esta "economia popular" não é a condição de informalidade (o descumprimento das obrigações legais não é exclusivo dos produtores informais, nem a eles pode ser atribuída a responsabilidade maior pela evasão fiscal). Não estamos falando da "economia informal", mera "sombra" da economia de mercado (imprescindível para sua expansão econômica, pois não contabiliza inúmeros custos), e sim da produção-reprodução material da sociedade fora das relações mercantis com base no trabalho vernacular²⁴ (autônomo) e em uma cultura de solidariedade.

As ocupações urbano-rurais autônomas organizadas não capitalisticamente (sem separação nítida entre capital e trabalho, não havendo, em consequência, o predomínio do assalariamento) que ocorre em geral na pequena produção

"Um dos resultados destas políticas é o esgotamento financeiro do setor público"

"O campo da 'economia popular' surge como uma possibilidade"

dos pobres, podem, se apoiadas tecnológica, financeira e politicamente, vir a se constituir em uma "outra economia" que, não obstante ser inicialmente marginal em relação à contabilidade econômica mercantil, é de massa. Hoje não cabe mais procurar-se "incluir a todos" na economia de mercado, pois o excedente de mão de obra no grande circuito econômico moderno é cada vez mais estrutural (deixando de ser um "exército de reserva"). Mesmo a pertença ao mesmo não é garantia da inclusão social (da cidadania). Em verdade, esta "economia popular" é mais antiga (como constatamos na pequena produção da Ilha de Santa Catarina), pois os pobres sempre trabalharam e sobreviveram. Somente agora é que se "descobre" esta economia porque ela era incompreensível para os parâmetros da razão econômica estabelecida: como é possível que aqueles "tão pobres" lograssem constituir uma economia operando com baixa produtividade recursos tão limitados - inclusive aqueles que as empresas tinham descartado como obsoletos, ineficientes - e sem acesso ao crédito?²⁵

Florianópolis, dezembro de 1995.

NOTAS

¹ *Modesta proposta para evitar que as crianças da Irlanda sejam um fardo para os seus pais ou para o seu País*. Porto Alegre: Paraula, 1994. Este autor é mais conhecido pela obra *As viagens de Gulliver*, de 1726.

² O Seminário de avaliação do Plano Global e Integrado de Defesa contra as Enchentes/Ecossistema da bacia hidrográfica do rio Itajaí-Açu, realizado em maio de 1994 em Blumenau e patrocinado pelas universidades UFSC, FURB e UNIVALI, concluiu, após minuciosos estudos inter-disciplinares, que "a convicção de que ditas obras resolverão os problemas de enchentes, no vale do rio Itajaí-Açu, não resiste ao exame global do projeto nem justifica, por si só, o investimento pretendido" ("Considerações finais: para uma reengenharia da defesa contra as enchentes". In: *Dynamis*, 2 (8), 1994, p.201).

³ "Cabe perguntar também sobre as reais possibilidades da administração pública estadual de honrar os compromissos (...). Apesar do impacto que a iniciativa necessariamente deverá ter nas finanças estaduais, os documentos do projeto analisados nada esclarecem sobre este aspecto do Plano" (LISBOA Armando; LINS, Hoyêdo. "Plano Global e Integrado de Defesa contra Enchentes - Ecossistema Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí-Açu". In: *Dynamis*, 2 (8), 1994, p.151).

⁴ Porém, imediatamente os empresários da construção civil da região se prontificaram a dar um encaminhamento ao pleito.

⁵ *Diário Indústria & Comércio/SC*, 27.11.95, p.A9.

⁶ "PAULO AFONSO, à época, disse que acreditava que a 'rede de relações' que criou junto ao governo francês poderia influir para a vinda da montadora. Nessa 'rede' o governador incluiu a direção do Banco Nacional de Paris (BNP), que financiou R\$ 25 milhões para que o governo catarinense adquirisse equipamentos junto à empresa Sofremi (...)" (*Diário Indústria & Comércio/SC*, 22.11.95).

⁷ *Gazeta Mercantil*, 18-20.08.95.

⁸ In: *Diário Indústria & Comércio/SC*, 05.12.95.

⁹ *Diário Catarinense*, 03.10.93.

¹⁰ In: *Expressão* 5 (55), 1995, p.29.

¹¹ *Diário Indústria & Comércio/SC*, 04.12.95.

¹² In: "Superfaturamento atrasa obras em Florianópolis". *Gazeta Mercantil*, 24.08.95.

¹³ "Contestado custo das obras na SC-401". O Estado, 23.05.95, p.10.

¹⁴ *Diário Indústria & Comércio/SC*, 17.10.95, p.A5.

¹⁵ "Empresários pedem parcelamento para dívida de ICMS". *Indústria & Comércio/SC*, 24 - 26.11.95, p.A9.

¹⁶ Este programa é fruto da *Ação da Cidadania contra a Fome e a Miséria*.

¹⁷ "Santa Catarina: Estado de trabalho" - o slogan oficial do governo estadual revela-se supra-partidário, pois foi formulado pelo governo Kleinubing (PFL) e mantido pelo atual (PMDB).

¹⁸ "Se a capital é uma ilha, arquipélago é o estado. (...) O Japão, outro arquipélago (...)". FABRIS, V. "O primeiro mundo é aqui mesmo". In: *Gazeta Mercantil*, "Relatório 'O modelo catarinense'", 29.08.94.

¹⁹ In: "O modelo catarinense", *Gazeta Mercantil*, 29.08.94, p.6.

²⁰ In: *Diário Catarinense*, 03.03.95, p.19.

²¹ Osvaldo DOUAT, ao tomar posse em seu segundo mandato como presidente da FIESC em 30.10.95, profetizou que "pode-se provocar o caos social pela elevação das taxas de desemprego" (*Diário Indústria & Comércio/SC*, 31.10.95).

²² Sobre isto consultar CORAGGIO, J.L., *Economia popular e pobreza na construção da cidade*, in VV.AA., *O papel do público e do privado na construção da cidade*, Porto Alegre, Prefeitura Municipal, 1993; PNUD (1992); RAZETTO, L.M., *Economia de Solidariedade y mercado democrático* (3 vol), Santiago, PET, 1984, 1985, 1986; e LISBOA, A. de M., *Economia das organizações populares: uma dinâmica paradoxal*, Florianópolis, UFSC (Relatório de Pesquisa/CNM), 1994.

²³ "Os prognósticos disponíveis fazem pensar que: a) o processo de acumulação capitalista (através do investimento do capital privado) assumirá somente a reconstrução de uma parte da cidade, e o Estado local, por sua vez, terá recursos muito limitados para suprir a falta de dinamismo do capital. Alça vôo, então, a perspectiva do auto-emprego, da micro-empresa, da informalidade como origem de alternativas de desenvolvimento da cidade" (CORAGGIO, J.L., *ibid.*, p. 11).

²⁴ ILLICH, I., *La nueva frontera de la arrogancia: la colonización del sector informal*, in *Alternativas II*, México, Joaquim Mortiz, Planeta, 1988, designa com este termo as atividades não motivadas pelas idéias de troca, não sujeitas ao mercado e a controles burocráticos, por meio das quais as pessoas satisfazem suas necessidades cotidianas.

²⁵ Fazemos ressonância com a proposição de MARTÍNEZ ALIER - se bem que reenquadrando-a numa dinâmica urbana - que, ao criticar a economia moderna desde uma perspectiva dos pobres da terra, formula a tese da emergência de um neorodnismo ecológico: *novas formas de vida coletiva que, a partir de velhas e novas culturas, incorporem novos modelos viáveis e igualitários de reprodução econômica para todo o mundo*" (MARTÍNEZ ALIER, J. e SCHLÜPMANN, K., *La ecología y la economía*, México, Fondo de Cultura Económica, 1991, p. 316). Esse autor enquadra as lutas dos pobres pela sobrevivência (onde buscam manter o uso comunal dos recursos naturais fora da economia mercantil) como lutas ecológicas - contribuindo para um uso racional, não predatório, dos mesmos recursos - afirmando ser o campesinato "um sujeito natural do ecologismo político", pois "a produção camponesa é uma forma onde há um predomínio relativo do valor de uso sobre o valor de troca, isto é, onde a reprodução material descansa mais nos intercâmbios (ecológicos) com a natureza do que nos intercâmbios (econômicos) com o mercado" (V. TOLEDO, apud MARTÍNEZ ALIER, J., *De la economía ecológica al ecologismo popular*, Montevideo-Barcelona, Nordan-Icaria, 1995, p. 66).

Endereço do Autor:

Rua; Marcos Cardoso Filho, 286
Córrego Grande
88037-790 FLORIANÓPOLIS, SC